



[75//]N.T.1 O PAPEL DA IDENTIDADE TERRITORIAL NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL*

■ FABIO POLLICE^A

TRADUÇÃO DE:
ANDREA GALHARDI DE OLIVEIRA^B
RENATO CRIONI^C
BERNADETE APARECIDA CAPRIOGLIO DE CASTRO OLIVEIRA^D

RESUMO^{N.T.2}

[O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO É QUASE SEMPRE A EXPRESSÃO DE UMA FORTE IDENTIDADE TERRITORIAL. O SENTIDO DE PERTENÇA REPRESENTA UM DOS FATORES DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL; O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE PERTENÇA TORNA-SE UM PRODUTO SENTIMENTAL, SOCIAL E SIMBÓLICO, EM QUE SÃO BASEADOS OS DESENVOLVIMENTOS DAS IDENTIDADES LOCAIS RETROSPECTIVAS E PROSPECTIVAS. A IDENTIDADE TERRITORIAL, PORTANTO, DESEMPENHA UM PAPEL ESTRATÉGICO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COMO SUGEREM AQUELES MECANISMOS DE IDENTIFICAÇÃO QUE SÃO ADOTADOS PELOS ATORES LOCAIS. ESTE ARTIGO VISA ANALISAR O PAPEL DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DIFERENTES MODELOS INTERPRETATIVOS E DOS EVENTUAIS RISCOS RESULTANTES DE UMA EXPLORAÇÃO POLÍTICA DA DIMENSÃO IDENTITÁRIA DOS TERRITÓRIOS.

PALAVRAS-CHAVE: TERRITÓRIO; IDENTIDADE; SENTIDO DE PERTENÇA; DESENVOLVIMENTO.]

1. A IDENTIDADE TERRITORIAL: UMA CIRCUNSPECÇÃO CONCEITUAL _____

Há alguns anos o conceito de identidade territorial começou a fazer parte dos objetos de reflexão das disciplinas geográficas, assim, como observa Grasso "a identidade territorial veio adquirindo um lugar de destaque na análise geográfica" (GRASSO, 1998, p. 617). Tal relevância, se por um lado pode ser reconduzida à valência explicativa que o conceito de identidade

mostra possuir nos confrontos de uma fenomenologia ampla e diversificada, por outro aparece como a consequência de uma interpretação reduzida e estereotipada de tais transformações que investem em escala local. Portanto, como nunca, parece oportuno tentar um aprofundamento do próprio conceito de identidade territorial, procurando tomar na acepção geográfica os aspectos caracterizantes e os âmbitos aplicativos. Uma primeira reflexão pode

ser desenvolvida em mérito à adjetivação "territorial", ou, como alguns gostariam, "geográfica"¹. A identidade, enquanto *produto* sociocultural, pode ser objeto de interesse geográfico quando se torna elemento plasmante das disposições territoriais ou, mais em geral, quando determina, ou está em grau de determinar, modificações estruturais, relacionais e de sentido no espaço geográfico. Não por acaso Caldo, nos limites de uma definição ao menos em parte tautológica, descreve a identidade geográfica como uma "relação identitária que liga uma determinada comunidade ao seu *espaço vivido*" (CALDO, 1996, p. 285), querendo assim evidenciar que a conotação geográfica da identidade não pode ser referida à mera dimensão espacial do fenômeno identitário, mas é, ao contrário, utilizada para representar aquelas ligações de pertença que criam "território". Na definição assim mencionada o elemento mais interessante e cheio de consequências científicas é sem dúvida a referência ao "espaço vivido", [76/ /] enquanto tal referência permite apreender a complexidade da identidade geográfica e, ao mesmo tempo, exaltar as valências explicativas nos confrontos das discontinuidades territoriais. Por "espaço vivido" – como sugere o mesmo Caldo, retomando o pensamento de Frémont (1978) – deve entender-se aquele momento de integração que conjuga no seu interior a dimensão física do espaço geométrico e aquela social do espaço relacional. Neste caso o espaço não é somente "o cenário da ação humana", mas "representação" da ação humana, e reassume em si os valores da cultura que ali se produz (CALDO, 1994, p.17). A última referência, portanto, é ao espaço antropizado, ou

seja, ao *território* tomado na sua acepção geográfica. O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria. O espaço, como sublinhado por Raffestin, torna-se território de um *ator* que não somente é tomado em uma relação social de comunicação: uma definição mais tarde explicitada pelo próprio Dematteis, onde evidencia que se tem *território* quando a terra é via de comunicação, meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação. Em síntese, o território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente (POLLICE, 2003). Onde ao conceito de território se atribua esta valência explicativa, se deve convir que a acepção mais correta para exprimir o processo de identificação, que se instaura entre uma comunidade e o seu espaço vivido, não pode ser aquela de identidade territorial. Isto não significa negar a existência de uma identidade geográfica, mas, ao contrário, precisar o significado e a corrente interpretativa. A identidade geográfica, de fato, é antes de tudo um produto cognitivo; resultado de um processo de análise e de representação que nos permite elucidar um determinado âmbito espacial do próprio entorno. Em termos comparativos pode dizer-se que, enquanto a identidade territorial nasce por um

processo autorreferencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido, a identidade geográfica é uma representação operada de fora com finalidades meramente descritivas e/ou interpretativas.

Das considerações até aqui desenvolvidas emerge com clareza a relação de interdependência que liga as duas categorias conceituais assim delineadas: identidade e território. Uma relação cumulativa, enquanto se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido. Antes de analisar mais profundamente este tipo de interação sinérgica é talvez oportuno destacar desde já a importância que a identidade reveste nos processos de territorialização. O território de fato é interpretado como fonte de criação dos valores, que pode ser alimentada somente ligando mecanismos de identificação dos atores locais. O território, entendido como espaço de pertença, torna-se assim um produto afetivo [77//], social, simbólico, a partir do qual se constroem as identidades locais retrospectivas e prospectivas (DAI PRÀ, 2001).

Não diversas são as conclusões a qual se pode chegar onde, no lugar do conceito de território, se queira utilizar aquele de "milieu". O *milieu* – refazendo-se a definição proposta por Dematteis – é um conjunto permanente de caracteres socioculturais sedimentados numa certa área geográfica através do evoluir histórico de relações intersubjetivas, por sua vez em relação com as modalidades de uso dos ecossistemas

naturais locais (DEMATTEIS, 1994). Mas é neste próprio processo de sedimentação do qual tem origem o *milieu*, que é possível individualizar as determinantes últimas da identidade territorial. Também aqui, porém, a relação entre as duas categorias conceituais não é de dependência, mas de reciprocidade. Não por acaso Governa evidencia como o *milieu* "constitui contemporaneamente o *fundamento local e territorial de uma identidade coletiva específica*, mas também o *conjunto das potencialidades endógenas do desenvolvimento*" (GOVERNA, 1997a, p.89).

A identidade pode ser considerada tanto uma consequência dos processos de territorialização quanto uma causa dos mesmos; de outra parte a territorialidade – afirmou recentemente Turco – apresenta uma "dupla configuração": *meta* e *matriz* das dinâmicas identitárias (TURCO, 2003a). À semelhança do território, do qual constitui expressão e síntese, a identidade "se conota não somente como suporte das fases de territorialização, ou do processo de desenvolvimento, mas antes como um conjunto específico de condições que fornece os vínculos e as possibilidades às ações sucessivas" (GOVERNA, 1997a, p.34). Ao mesmo tempo a identidade pode ser igualmente interpretada como efeito dos processos de territorialização, enquanto tais processos tendem a acrescer a "especificidade do lugar" e, como efeito da radicação territorial das redes – "ancoragem" determinada por fatores culturais – determinam uma consolidação do sentido de pertença da comunidade local.

Em relação aos processos de territorialização, a identidade reveste um papel fundamental em todas as fases nas quais estes vêm a articular-se.

Utilizando a interpretação processual proposta por Turco, a territorialização pode ser subdividida em três fases distintas e consequenciais: *denominação*, *reificação*, *estruturação* (TURCO, 1998, p.77). Na primeira fase a identidade territorial assume uma valência estratégica enquanto atribui significado e fundamento à "denominação", entendida como resultante de um "controle simbólico do espaço". São de fato estes mecanismos de controle que consentem à identidade territorial difundir-se e radicar-se em um âmbito geográfico específico. Diferente é, ao invés, o papel que a identidade desenvolve no âmbito da fase da reificação. Esta última, de fato, tende a traduzir-se em atos e comportamentos localmente definidos, que almejam acrescentar aquilo que Turco define o "controle prático" do espaço. Também neste caso a prática do controle pode ser exercitada se, e somente se, a identidade é um valor compartilhado e constantemente reproduzido no agir coletivo. A reificação pressupõe a presença de uma forte identidade territorial e, ao mesmo tempo, se propõe como mecanismo de reforço do sentido identitário e dos fatores que contribuem a acrescentá-lo. Por outros aspectos, ainda mais significativo é o papel que pode atribuir-se à identidade com [78//] relação à fase da estruturação. Esta última, de fato, pressupõe um controle sensitivo do espaço; uma atividade que se torna efetivamente praticável apenas no âmbito dos contextos territoriais, nos quais a identidade tenha uma valência estruturante, isto é, capaz de orientar o agir coletivo e de modificar, segundo mecanismos autorreferenciais, o território.

Uma vez definido qual valência explicativa atribuir ao conceito de identidade territorial, e

individualizadas as relações de reciprocidade que ligam identidade, território e processos de territorialização, é oportuno deter-se, seja apenas brevemente, sobre os caracteres distintos da identidade ou, mais precisamente, sobre os aspectos que qualificam a interação com os processos de desenvolvimento em escala local.

Uma primeira consideração que é possível desenvolver em mérito às peculiaridades da identidade territorial refere-se à sua conotação dinâmica. A identidade não é um fenômeno estático, mas *dinâmico*, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional. Isto não quer dizer negar a existência de valores identitários radicados no tempo e no espaço, mas, antes, evidenciar os riscos de uma cristalização das identidades históricas, sobretudo quando estas últimas são propostas como critérios ordenadores do presente e referências projetuais para o futuro.

Uma caracterização posterior da identidade territorial é a sua natureza *processual* e *interativa* (CROSTA, 1998)²: processual enquanto resultado de um mecanismo de interação no qual a identidade reveste, numa segunda fase, o papel de causa ou de efeito das dinâmicas territoriais; propriamente interativa por esta sua capacidade intrínseca de entrar em relação sinérgica com outros fenômenos territoriais.

Tão significativo quanto, sobretudo por aquilo que além às relações que se instauram a nível local entre desenvolvimento e identidade, é o caráter *estruturante* desta última; onde por tal se entende a capacidade de produzir *sentido*, de orientar o agir coletivo e os processos de territorialização. Nos sistemas autopoieticos a identidade se exprime na

capacidade de organizar-se (GOVERNA, 1997b). Esta propriedade posterior deveria induzir a refletir sobre o papel que a identidade pode efetivamente desenvolver nos processos de desenvolvimento local. A identidade territorial pode ser interpretada como sentido de pertença, identificação social, representação partilhada de um *si* coletivo, mas de modo algum pode ser identificada, seguindo uma visão míope e reduzida, nas suas manifestações exteriores, nos sinais deixados sobre o território³. A identidade territorial é de fato isto que [79//] se oculta por trás daqueles sinais e que dá sentido a eles. Assim, o agir político, como se dirá mais adiante, deve tender a preservar não somente as expressões identitárias da cultura dos lugares, mas também os valores (identitários) que tais expressões contribuíram a plasmar.

Enfim, mas a classificação não pode certamente tornar-se exaustiva, a identidade é *reflexiva* (reconhecer-se), *composta* e *orientada* (CERUTTI, 1996). Reflexiva enquanto, como já se pôde destacar, descende de um processo de identificação que se move pela comunidade local e se exprime em um "reconhecer-se" como diverso do entorno geográfico no qual se inscreve o próprio espaço vivido. Composta, porque todas as construções identitárias, em consequência da natureza conflitual da matriz causal que está na base, só podem ser complexas e contraditórias. O ato em si da territorialização é sempre o resultado de uma competição, explícita ou nem tanto, entre instâncias e valores profundamente diversos que convivem no mesmo espaço social⁴. Orientada, ao contrário, porque – como também já se destacou – produz "sentido" e guia o sistema territorial no seu incessante processo evolutivo. Tal função de

orientação constitui uma das propriedades mais interessantes da identidade territorial, enquanto é propriamente através desta função que é possível explicar o papel que essa reveste nos processos de desenvolvimento endógeno que se manifestam em escala local. Uma forte identidade territorial não contribui somente para estimular processos de desenvolvimento endógeno e autocentrado, mas está também em condições de, direta ou indiretamente, predeterminar objetivos e estratégias. Isto que deveria fazer refletir é a aparente contradição que se verifica, quanto menos sobre o plano terminológico, entre o conceito de identidade e aquele de desenvolvimento; a identidade, de fato, é percebida como uma entidade conceitual estática, seja em termos sincrônicos, seja diacrônicos, enquanto o desenvolvimento é por definição dinâmico. Como pode, portanto, a primeira tornar-se matriz de mudança? A realidade é que, como se pôde demonstrar, a identidade é dinâmica, muda no tempo à semelhança de todas as outras componentes territoriais e do território no seu complexo. A identidade apresenta uma variabilidade elevada em termos tanto temporais quanto espaciais; antes, tal variabilidade tende a ser maior na dimensão temporal do que aquela espacial. Estas considerações nos ajudam a compreender melhor o nexos que liga – a despeito da aparente contradição terminológica – identidade e inovação territorial. A identidade territorial, onde oportunamente valorizada, pode contribuir ao desenvolvimento e à implementação dos processos inovadores em escala local. A inovação territorial tem êxito quando é o resultado de escolhas compartilhadas por parte da

comunidade local e das forças que operam sobre o território [80//], e tal compartilhamento é mais fácil realizar-se quando se está na presença de um forte sentido identitário, de um sentir comum (empatia) que é fruto de uma sedimentação cultural do qual o território é uma expressão direta. A implementação da mudança requer a participação de sujeitos culturalmente diversos, animados por interesses às vezes contrapostos; nesta fase a valência agregadora do sentido de pertença – expressão social da identidade territorial – pode tornar-se determinante, contribuindo para responsabilizar os sujeitos co-envolvidos e a estimular o comportamento proativo. Ainda mais complexo é o papel que a identidade pode desenvolver nos processos de inovação de matriz exógena. A identidade territorial, quando não determina fechamento à mudança (veja abaixo), pode favorecer a contextualização dos estímulos inovadores de proveniência exógena e, portanto, o manifestar-se dos processos co-evolutivos local/global. Quando isto não acontece, a inovação pode frequentemente determinar a menor ocorrência de tais referências identitárias e, por consequência, o manifestar-se de fenômenos de desterritorialização. Não por acaso, parte da reflexão geográfica se concentrou sobre os efeitos negativos que podem ter-se sobre o plano identitário como consequência de transformações induzidas por processos inovadores de matriz exógena. A identidade é vista como "elemento" débil do sistema territorial, particularmente sensível às mudanças induzidas por fatores inovadores externos.

Refazendo-se aos modelos da autopoiese^{N.T.3} propostos por Maturana e Varela (1985 e 1987), torna-se evidente como os estímulos externos

podem determinar perturbações no interior do sistema, o qual conserva a própria *identidade* somente em virtude da sua capacidade de reproduzir a si mesmo (GRASSO, 1998). Outros, ao invés, negando esta tese interpretativa, atribuem à identidade territorial um papel ativo na *gestão* dos processos inovadores, inscrevendo a esta componente territorial a capacidade de contribuir para a seleção e para a adaptação dos estímulos inovadores provenientes de outros sistemas territoriais. À luz das considerações até aqui desenvolvidas, esta segunda tese interpretativa mostra-se principalmente compartilhável, sobretudo em consideração da valência explicativa que o conceito de identidade territorial assume nos confrontos dos processos de inovação territorial e, mais em geral, da relação local/global. A identidade, na realidade, além de poder ser "objeto" de inovação, assumindo configurações que incorporem a transformação, ela mesma pode tornar-se "sujeito" de inovação através de um mecanismo de apropriação seletiva dos estímulos externos. Como foi corretamente observado, a identidade enquanto "valor vertical" se enriquece de novos conteúdos através de um processo de reinterpretação inovadora (PERSI e DAI PRÀ, 2001).

A identidade deve ser necessariamente interpretada como

guia da ação projetual, como marca profunda da ação criativa, capaz de garantir senão uma hierarquia no universo aberto dos espaços projetuais, uma orientação naquela mobilidade particular que é própria do movimento de produção indefinida de alternativas (DORIA, 2002, p.126).

Em escala local é, portanto, importante evitar a afirmação de comportamentos meramente autorreferenciais e favorecer, ao invés, o desenvolvimento daquelas condições sócio-territoriais que conduzem a configurações abertas à mudança sobre o modelo do *milieu innovateur*⁵ [81/]. Se a competitividade dos lugares é sempre mais ligada à capacidade de produzir conhecimento, o objetivo deve ser aquele de promover um mecanismo de interação virtuosa entre os atores locais que esteja em condição de produzir conhecimento e de radicá-la localmente sobre o modelo das *learning regions* (CONTI, 2003).

A identidade territorial não pode ser identificada nos objetos que dela são expressão, seja da natureza, da função e da localização dos mesmos que estas identidades coletivas podem ser analisadas e avaliadas. Estes objetos, de fato, não são senão os das representações, sejam apenas parciais e contraditórias, da especificidade do contexto local e do sistema dos valores que as produziu. A identidade se exprime nos atos territorializantes e se revela através desses. Costumeiramente, além disso, o mesmo processo de identificação vem a fundar-se sobre a atribuição de um valor simbólico para emergências específicas culturais ou à paisagem no seu complexo. Existe, portanto, uma estrita relação entre realidade geográfica e identidade territorial, uma relação de reciprocidade na qual não existem limites predefinidos e da qual não podem dar-se interpretações unívocas. A realidade geográfica, de fato, se por múltiplos aspectos é expressão da identidade territorial, é, por sua vez, um dos agentes de modificação da identidade mesma. Para melhor compreender esta asserção se deve fazer

referência à relação que liga a realidade territorial (significante), a representação da realidade (signos) e a explicação da realidade (significado) no discurso sobre a representação (VALLEGA, 2001). A identidade territorial, enquanto "tarefa narrativa" (TURCO, 2003b, p.23), se configura como interpretação epistemológica da especificidade do lugar, mas esta interpretação se, por um lado, traz a própria justificação da representação da realidade (signos), por outro lado incide sobre o significante enquanto agente que plasma a realidade territorial. A ação plasmante da identidade territorial é, portanto, tanto mais forte quanto maior é o nível de compartilhamento da "narração de si" por parte da comunidade local ou, pela circularidade das relações antes evidenciada, quanto mais a representação da realidade é univocamente aceita.

Neste ponto é possível introduzir um elemento posterior de reflexão relativo à percepção dos valores identitários, ou melhor, às diferenças que se verificam entre *outsiders* e *insiders* na individualização e representação dos valores identitários. Uma comunidade local, como já se indicou, tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial. A atribuição destes valores simbólicos se funda quase sempre sobre a imagem que a comunidade local (*insiders*) possui de si mesma e da própria especificidade territorial e, [82//] por consequência, nem sempre encontra uma correspondência na percepção dos *outsiders*. Estes últimos, além do mais, tendem a elaborar representações adaptativas e frequentemente preconcebidas das identidades dos outros, diminuindo distâncias culturais e dificuldades

objetivas, dificilmente superáveis sem instrumentos interpretativos adequados. Todavia, é a própria presença destes “momentos” de identificação coletiva que permite o reforço das identidades territoriais e faz de maneira que estas assumam um papel estratégico nos processos de desenvolvimento local. Como evidenciou Gottman, o conjunto destes símbolos abstratos constitui a iconografia do território e contribui para construir e para manter a identidade de uma comunidade.

Se é verdade que a identidade territorial muda no tempo, estão também mudando os símbolos desta identidade; e às vezes esta mudança é estimulada pela própria representação que os *outsiders* fazem do território e da sua especificidade. Em circunstâncias particulares, a comunidade local pode ser progressivamente induzida a adequar a percepção de si e da própria especificidade cultural, modificando a própria iconografia. Isto acontece, sobretudo, quando os *outsiders* são portadores de uma cultura dominante e os processos de desenvolvimento em escala local apresentam uma matriz fortemente exógena. As áreas turísticas talvez sejam aquelas nas quais são mais frequentes e evidentes os processos de mistificação dos valores identitários. Nestas áreas, de fato, a demanda turística contribui para a criação e para a transformação do espaço turístico, agindo como fator desestruturante das valências identitárias do território. Uma consequência do descolamento entre imagem e lugar turístico é, de fato, a frequente inversão da relação entre a representação da realidade e a realidade mesma. O lugar se adapta progressivamente à imagem, perdendo a própria autenticidade ou, em casos

extremos, a sua própria identidade territorial (POLICE, 2003). É oportuno, todavia, sublinhar que, qualquer que seja a fonte, as imagens (identitárias) “não possuem dinamismo algum se não existe uma intersecção com as utilidades sociais, imediatas, da coletividade” (RAFFESTIN, 2003, p.11). Muito frequentemente, a mobilização no sistema ideológico da identidade refere-se propriamente às imagens da identidade, mais do que à própria identidade. E são estes processos de “manipulação” das identidades dos lugares que justificam as reflexões críticas em torno do conceito da identidade e da valência que essa pode assumir nos processos de desenvolvimento local. Uma das principais observações críticas sobre a identidade territorial considera de fato a mistificação dos valores identitários operada pela comunidade local por razões diversas, que vão das reivindicações autônomas às disputas comerciais. Tendem a manifestar-se formas fechadas de identidade, de matriz puramente territorial fundada sobre a assunção, como originárias, de identidades historicamente sucessivas ou sobre a revitalização artificial de tradições já perdidas (*invented communities*). Às vezes, como testemunham os estudos de Hobsbawm (1987), se assiste por parte de tais contextos territoriais a apropriação de valores identitários próprios de outras comunidades ou, mais abertamente, da “invenção das tradições”. De resto, os movimentos identitários podem configurar-se também como resposta coletiva – ou, pelo menos, das *élites* locais – ao *stress* cultural (CALDO, 1996, p.287-288). A afirmação de uma identidade territorial pode se, em tal sentido, interpretada como uma “reação do local” às transformações que investem a esfera global;

[83//] uma auto-reapresentação da comunidade local determinada pela "situação narrativa"⁶.

Algumas escolas sociológicas de origem fenomenológica interpretam estes *movimentos identitários* como reação àquilo que é um dos traços decisivos da modernidade, ou seja, a multiplicação das atribuições e a produção indefinida dos códigos e dos recursos simbólicos. A demanda das identidades estáveis é, portanto, reconduzida pela busca de consistência frente à fragmentação identitária (DORIA, 2002, p.123). A anomia, que resulta do risco de degradação da própria cultura, estimula uma reatividade que leva a destinar valor simbólico a alguns pontos do território (CALDO, 1994, p.16).

Particularmente estimulantes, também se privadas de uma efetiva verificação científica, são as teses que vêm na manipulação das identidades territoriais uma tentativa de utilizá-las como "estratégia de controle" do território. Para Harvey (1993) se assiste a um permanente e definitivo esvaziamento do sentido e das possibilidades da identidade. Isto que resta é uma identidade funcional aos processos de homologação em escala global (*self-labelling*), ou é uma identidade construída por razões políticas (nacionalismos, localismos). Alguns, partindo destas considerações, chegam a negar a própria existência da identidade territorial; Remotti, por exemplo, afirma que a identidade é duplamente falsa: enquanto é construída e enquanto oculta a sua matriz causal (1999).

2. A IMPRESCINDÍVEL RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO _____

A identidade territorial, como se procurou demonstrar, não é um conceito abstrato, mas um

componente essencial dos lugares; antes, se poderia defini-la como a própria essência do lugar, enquanto está em torno da própria matriz identitária em que o lugar se estrutura, e se diferencia do entorno geográfico. Estas considerações evidenciam a estreita relação que liga o conceito de identidade territorial à metáfora do *genius loci*; este último, de fato, pode ser considerado como "aquele conjunto único de caracteres físicos, de mensagens culturais e de sensações emotivas, que faz do lugar aquilo que é, ou o torna diverso e único em relação a qualquer outro lugar" (ARTUSI, 1996, p.3). O *genius loci* vem, portanto, a configurar-se como a manifestação perceptiva da identidade territorial; expressão de síntese dos aspectos tangíveis e intangíveis da qual esta se compõe. É a própria presença de elementos intangíveis que solicita uma mais aprofundada reflexão sobre a dimensão perceptiva da identidade. Dentro de um determinado contexto territorial, fenômenos como o compartilhamento dos valores identitários – reconhecidos, isto é, como valores localmente determinados – ou a coesão social, encontram habitualmente o próprio fundamento em um forte sentido identitário da comunidade local; mas é a percepção coletiva de uma matriz identitária comum que gera estes fenômenos e não a própria matriz. Na realidade os valores identitários são sempre valores simbólicos caracterizados a partir da percepção que a comunidade tem de si mesma e [84//] da própria especificidade. Em relação a isto, é talvez útil destacar as analogias com o conceito de sociotopia recentemente re-proposto por Turco; a sociotopia é definida, de fato, por estes como "um âmbito de interação física e

simbólica no qual o sujeito [...] exercita e desenvolve a sua atitude para viver com outros sujeitos do território, para habitar participativamente uma terra que sente como sua" (TURCO, 2003b, p.27).

Tais reflexões, todavia não se podendo dizer exaustivas, explicam porque à identidade podem atribuir-se dois valores distintos: um valor afetivo, conexo às consequências sócio-territoriais que a presença de um forte sentido identitário está em condição de determinar em nível local; e um valor patrimonial reconduzível, pelo contrário, ao valor econômico e social que a identidade e os elementos, na qual esta se refere, está em condição de exprimir. Trata-se, na verdade, de dois valores profundamente ligados entre eles e ambos capazes de influenciar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento local. Atribuindo, de fato, um valor afetivo à identidade, não se entende negar a valência patrimonial, mas somente evidenciar que tal valência é a consequência de um investimento afetivo sobre os aspectos caracterizantes do lugar: o apego à paisagem pode ser interpretado como a resultante última de um processo de investimento afetivo (DAI PRÀ, 2001). Mas é propriamente este processo que reforça na comunidade local o sentido de pertença e que dispara processos de desenvolvimento endógeno e autocentrado. "O território – escreveu Claval (1995) – serve de suporte aos sentimentos de identidade" e é em virtude destes mesmos sentimentos que o território pode transformar-se sem perder a própria especificidade cultural. Também a componente afetiva da identidade, ainda que de modo não direto, está, portanto, em condição de interagir com os processos de desenvolvimento em escala local.

Atribuir um valor patrimonial à identidade significa, ao invés, considerar a identidade como um recurso imediatamente em condição de incidir sobre o desenvolvimento local. Não é à toa que a identidade é frequentemente identificada naquele conjunto de recursos de vários tipos, que cada comunidade organizada territorialmente possui, e que constituem o potencial endógeno para o desenvolvimento (STHOR, 1984; GRASSO, 1998). A referência não é somente aos recursos tangíveis, resultado do processo de territorialização do espaço e identificáveis tanto nos artefatos quanto na própria organização do território, mas também nos recursos intangíveis, como a propensão empreendedora, o nível cultural, o espírito colaborativo, a ética comportamental, a sensibilidade estética. São de fato estes recursos que constituem o fundamento sócio-territorial dos modelos de desenvolvimento endógeno e, mais particularmente, daqueles sistemas locais que trazem a própria competitividade do vínculo estreito e virtuoso que se instaura entre a dimensão territorial e aquela econômico-produtiva.

Analisando a especificidade competitiva dos distritos industriais, se evidenciou o papel estratégico que a identidade local está em condição de desenvolver na construção e na reprodução de tais especificidades. A especialização produtiva que se verifica nas áreas distritais tende a permanecer no tempo, também porque a comunidade local ali se identifica e a reproduz no seu agir individual e coletivo; assim como, de resto, é o sentido de pertença que inibe ou contém as tendências centrífugas que em tais contextos produtivos tendem a manifestar-se. O [85//] próprio Becattini, em relação a isto,

evidencia como o sentido de pertença constitui uma das mais importantes determinantes territoriais das configurações econômico-produtivas do tipo distrital (2000). Além das formas distritais, que também constituem um admirável exemplo de desenvolvimento endógeno, e da relação que habitualmente se instaura entre este e a identidade local, a reflexão deve concentrar-se sobre um espectro mais amplo de configurações econômico-territoriais, nas quais a natureza endógena do desenvolvimento se substancia em uma valorização econômica e cultural dos recursos locais. Desenvolvimento endógeno, de fato, quer dizer essencialmente um desenvolvimento fundado sobre a ativação daquele conjunto de fatores que, complexivamente considerados, constituem a identidade própria do lugar. A ativação destes recursos não deve ser preordenada à obtenção dos objetivos meramente econômicos – mensuráveis através de indicadores quantitativos de conteúdo geral – mas a uma finalidade mais ampla de desenvolvimento que pode coincidir com a plena realização das potencialidades do lugar. É talvez oportuno recordar que a preservação dos valores identitários é condição iniludível para a “situação de valor” do território, e requer a manutenção dos equilíbrios sociais, políticos e ambientais sobre os quais o sentimento identitário da comunidade local se funda. Estas considerações, ainda que apenas esboçadas, evidenciam qual vínculo estreito ocorre entre desenvolvimento endógeno e desenvolvimento sustentável; por outro lado, para fins da aplicação da *Agenda Local 21* – guia para a atuação em escala local dos princípios do desenvolvimento sustentável – a valorização do potencial endógeno, a tutela dos valores

identitários e o envolvimento direto da comunidade local, são todos identificados como momentos imprescindíveis da sustentabilidade.

Se estas anotações contribuíssem para melhor definir o conceito de desenvolvimento, a adjetivação “local” talvez necessite de um posterior aprofundamento. Se se busca uma relação virtuosa entre identidade territorial e desenvolvimento local, o local não pode ser identificado em um âmbito espacial dotado de territorialidade, ou seja, caracterizado por uma forte especificidade territorial a respeito do contexto geográfico no qual é colocado. Local, portanto, não como referência genérica a uma escala geográfica pré-definida, ou em contraposição ao global, mas, antes, como construto histórico da interação entre uma comunidade e o seu espaço vivido.

De resto, apenas querendo prescindir das reflexões até aqui desenvolvidas, é o próprio conceito de desenvolvimento endógeno que obriga a considerar o local não como uma mera categoria espacial, mas como um contexto territorial dotado de especificidade própria. Conti, refletindo sobre o desenvolvimento territorial, afirma que o sentido identitário constitui uma das condições iniludíveis para que em escala local se manifestem e/ou se consolidem processos de desenvolvimento endógeno (CONTI, 1992). O desenvolvimento endógeno requer a presença de uma subjetividade política que seja a expressão da comunidade local e a essa constantemente se refira no seu agir político. Em síntese, o local é um sujeito portador de especificidade (GIUSTI, 1994) e tendencialmente se presta a ser associado ao conceito geográfico do *lugar*, ou seja, “um espaço dotado de caráter distintivo” (NORBERG-

SCHULZ, 1979). Através deste percurso interpretativo, o *desenvolvimento local* adquire assim um significado do todo particular que assume valência descritiva e [86//] interpretativa nos confrontos da realidade geográfica, propriamente a partir de alguns conceitos fundantes, como a constante referência ao lugar, como sujeito e objeto das escolhas estratégicas operadas em âmbito local.

3. INTERAÇÕES VIRTUOSAS ENTRE IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO EM ESCALA LOCAL _____

A discussão até aqui conduzida resultaria, porém, pouco mais que uma contribuição teórica sobre o tema do fundamento identitário dos processos de desenvolvimento local, se não se procurasse caracterizar e descrever quais interações virtuosas se instauram concretamente entre identidade e desenvolvimento em escala local – que é aquilo que se tenta fazer nas breves notas que se seguem. Não se trata, como seria aconselhável, de uma síntese descritiva operada a partir de um levantamento direto das experiências de desenvolvimento local; ao contrário, trata-se de um mero reconhecimento daqueles vínculos entre identidade e desenvolvimento que são mencionados, de modo mais ou menos documentado, nas pesquisas e nas reflexões conduzidas sobre o argumento nas últimas décadas.

Identidade e valores sociais. A identidade territorial tende a reforçar o poder normativo dos valores éticos e comportamentais localmente compartilhados. Algumas vezes a identidade se funda sobre o compartilhamento destes valores que são sentidos pela comunidade local como expressão tangível da própria especificidade cultural. Sobre o plano socioeconômico a presença

destes valores e, sobretudo, o entrecruzamento deles, consente em melhorar o nível de relação produtiva e comercial, favorecendo a manifestação daquelas formas de colaboração competitiva que constituem o fundamento das economias distritais.

Identidade e transferência do saber. Seja apenas indiretamente, a identidade territorial contribui para melhorar a transferência intrageracional e intergeracional do saber – e, em particular, dos conhecimentos não codificáveis. Tende, de fato, a manifestar-se um “apego afetivo” ao saber localmente determinado e uma propensão mais forte que em outro lugar para a atualização deste patrimônio cognitivo.

Identidade e sentido de pertença. Esta relação, sobre a qual mais vezes nos reteve no curso das reflexões até aqui desenvolvidas, representa talvez o exemplo mais emblemático da interação virtuosa entre identidade territorial e desenvolvimento local. O sentido de pertença constitui, de fato, o cimento do sistema econômico-territorial e impele os atores locais a preferir, também na presença de algumas deseconomias, conter relações transacionais e colaborativas no interior do âmbito local. Nos sistemas locais territoriais, por exemplo, a deslocalização daquelas atividades econômicas para as quais se reconhece valor identitário tende a ser fortemente obstaculizada pela comunidade local, e a pressão que esta está em condição de exercer sobre os atores locais resulta costumeiramente mais eficaz do que quando o valor identitário não é verificável em outros contextos territoriais.

Identidade e auto-reprodução. Um exemplo suficientemente representativo de como a identidade pode interagir com as dinâmicas de

desenvolvimento [87//] dos sistemas locais de empresa é representado pelos processos auto-reprodutivos que se manifestam nas economias distritais. Estes processos, de fato, são determinados, seja apenas em parte, pela relação de identificação e de reciprocidade que liga as atividades produtivas caracterizantes do território. Como se pôde observar, a fim de que o vínculo possa ser virtuoso, é necessário todavia que o processo auto-reprodutivo se fundamente sobre uma reinterpretação crítica e inovadora dos modelos e das destinações produtivas. Caso contrário, a tendência anteriormente delineada conduziria a uma implosão da economia local.

Identidade e aquisição crítica do saber externo. A capacidade autopoiética dos sistemas locais territoriais está profundamente ligada à possibilidade de criar alguns mecanismos de introjeção da mudança que consintam uma adaptação progressiva e seletiva do local às solicitações externas. O desenvolvimento destes mecanismos de adaptação é o resultado de uma postura crítica nos confrontos do saber externo, que não raramente, traz o seu próprio fundamento pela forte matriz identitária do local. Uma postura crítica, que se destaque bem, não deve traduzir-se em um fechamento à mudança, mas pelo contrário, em uma relação proativa nos confrontos da própria mudança. A presença de uma forte identidade territorial consente de fato, em selecionar as inovações de matriz exógena ou de adaptá-las às especificidades do contexto local (contextualização da inovação). Isto ocorre enquanto o sentido identitário determina uma postura crítica nos confrontos da inovação que, se por um lado desacelera a aquisição, por outro consente aos

atores locais adequá-la às exigências do território evitando que resulte numa desorganização dos equilíbrios locais.

Identidade e valorização dos recursos territoriais. O desenvolvimento endógeno se substancia na capacidade da comunidade local de “colocar em valor” o território e, em particular, aqueles recursos não localizáveis que, além de constituir elemento de diferenciação, podem tornar-se, em termos projetivos, certos *plus* competitivos em torno dos quais se possam construir a estratégia de desenvolvimento local. A valorização destes recursos não provém somente da disponibilidade de competências locais adequadas, mas também da sensibilidade da comunidade local que tende a ser tanto mais permeável quanto maior é o valor identitário que a tais recursos se reconhece no âmbito local. A dotação cultural do território é matriz da identidade dos lugares e linha estratégica e prioritária de desenvolvimento local. Raffestin (2003, p.11) sublinha como “os lugares da memória podem conseguir liberar identidade se a implicação deles não é fim em si mesma mas é coligada a novos projetos coletivos”.

Identidade e política. A relação entre identidade e política é muito forte e se exterioriza em formas diversas que, salvo em forças evidentes, dificilmente podem ser reconduzidas a uma taxonomia específica. A expressão mais significativa desta relação é dada por mecanismos de convergência política, à montante, e de compartilhamento projetual, à jusante. A presença de uma forte identidade territorial [88//] tende a acrescer, no âmbito da arena política, o nível de convergência sobre os temas do desenvolvimento

local e reduz os comportamentos oportunistas ou ideológicos das forças que ali se confrontam. Não é supérfluo observar que, em escala local, a adoção de um modelo eficaz de *governance* resulta tanto mais simples quanto maior é o sentimento identitário que permeia o agir político. Do mesmo modo, objetivos e estratégias de desenvolvimento, uma vez definidos no seio da arena política, tornam-se objeto de um processo de apropriação por parte da comunidade local, segundo o modelo de compartilhamento ativo que se substancia em um suporte concreto e fatural à atuação dos mesmos.

Identidade e sustentabilidade. Os sentimentos identitários determinam em nível local um apego afetivo aos valores paisagísticos e culturais do território que tende, por sua vez, a traduzir-se na adoção de comportamentos individuais e coletivos voltados à tutela e à valorização daqueles valores. Não são somente as qualidades tangíveis do território a ser preservadas, mas também aquelas intangíveis como os valores éticos e culturais e, mais em geral, todas as expressões da especificidade cultural do lugar. A presença de uma forte identidade territorial favorece a maturação de modelos de desenvolvimento sustentável, enquanto este se funda sobre a valorização da especificidade dos lugares; valorização que é tanto mais eficaz quanto maior é o envolvimento ativo da comunidade local. Além disso, a "sustentabilidade" dos processos de desenvolvimento em escala local não é um objetivo mensurável somente em termos ambientais, mas também em termos econômicos e culturais; mais particularmente, os objetivos culturais nascem da exigência de imaginar formas de desenvolvimento econômico e produtivo que estejam em condição

de preservar a cultura local e os valores da qual esta é portadora, adaptando-se às suas especificidades e às propensões do lugar (coerência territorial).

4. CONCLUSÕES: A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DO LOCAL _____

A valência propulsora da identidade territorial, em termos de desenvolvimento local, descende da relevância que os valores identitários ocupam na organização do espaço e da vida social. A relação sinérgica entre identidade e desenvolvimento tenderá, portanto, a apresentar-se somente onde existe uma forte matriz identitária, onde os valores identitários estão radicados e compartilhados. Diferentemente, qualquer que seja a estratégia de valorização de identidades locais presumidas, não terá efeitos propulsores e se traduzirá em um processo de mistificação da realidade territorial com reflexos negativos, tanto sobre as dinâmicas de desenvolvimento local quanto sobre o próprio momento identitário. Como foi oportunamente destacado, a orientação competitiva dos sistemas produtivos locais tem entre as suas determinantes as identidades locais, e a valorização das mesmas não raramente constitui uma estratégia, mais ou menos explícita, propensa a reforçar esta orientação ou a sustentar um processo de transformação (reorientação competitiva). Promover a valorização de identidades inexistentes ou que perderam a própria valência plasmante significa *des*-orientar as forças locais e endereçá-las para modelos de desenvolvimento não menos improponíveis do que aqueles de matriz exógena.

[89//] Muito diferentes são as considerações que podem desenvolver-se em mérito à validade de uma estratégia propensa à valorização, não imediatamente das identidades locais, mas do sentido identitário. A diferença entre estas duas orientações estratégicas é, de fato, muito mais ampla do que aquela que a afinidade dos termos utilizados permitiria entender. Construir, difundir e consolidar o sentido de pertença e identificação territorial são, de fato, objetivos imprescindíveis de qualquer comunidade local; e não tanto pelas recaídas econômicas que nelas podem derivar, quanto pelos efeitos positivos que podem produzir-se sobre o plano social, cultural e ambiental. O desenvolvimento de relações colaborativas sobre o plano econômico-produtivo, a preservação dos recursos ambientais e culturais, a integração dos diversos componentes sociais e étnicos em uma comunidade coesa e solidária, são todos objetivos que pressupõem a construção de um espaço identitário, a construção do *lugar*. Não por acaso Magnaghi, referindo-se ao *renascimento dos lugares*, afirma que este último

requer um forte auto-reconhecimento da comunidade empossada que se re-apropria do conhecimento do próprio território, reconhecendo-o na sua história, nos seus equilíbrios ambientais, nos seus valores culturais, econômicos, estéticos e organizativos em um crescimento através da valorização das qualidades internas (MAGNAGHI, 1994, p. 33).

Muito frequentemente, porém, se assiste a uma instrumentalização política das identidades territoriais ligada não imediatamente à valorização

das qualidades internas ou ao desenvolvimento de uma relação dialética com a escala global, mas a objetivos muito menos compartilháveis como o fechamento à mudança, a cristalização de um sistema de privilégios, a afirmação de um primado que nasce de um comportamento auto-reflexivo; mais em geral, todas aquelas manifestações degenerativas que são habitualmente resumidas com o termo de *deriva* identitária.

Estas distorções preocupam pelo menos quanto preocupa a perda das identidades locais diante dos processos da globalização em ação. E não há dúvida que as transformações em ação estejam a criar consenso em torno a alguns comportamentos políticos; comportamentos que arriscam comprometer aquelas mesmas identidades que, aparentemente, são destinados a tutelar. O local não deve "resistir" ao global, mas "coexistir" com o global; se trata, de fato, de duas dimensões complementares e não verdadeiramente alternativas.

NOTAS

[^{N.T.1} A sequência entre colchetes de número seguido de duas barras, e.g. [75//], indicará em todo o texto o número da página conforme o artigo original. Esta versão trata-se da tradução, da língua italiana para a língua portuguesa, do texto original: POLLICE, F. Il Ruolo dell'identità Territoriale nei Processi di Sviluppo Locale. *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Roma, v. X, n. 1, p. 75-92, gen-mar. 2005.]

* Esta contribuição foi apresentada no congresso *La svolta culturale in geografia* [N.T.: A viragem cultural na geografia] organizado em Gorizia em setembro de 2003.

^a POLLICE, F. Docente pesquisador: Università di Napoli "Federico II", Dipartimento delle Dinamiche Territoriali e Ambientali, Università del Salento (Università degli Studi di Lecce), Dipartimento di Studi Storici dal Medioevo all'Età Contemporanea. Filiado à: Associazione Geografi Italiani (AGEI); Società Geografica Italiana; fabio.pollice@unina.it; fpollice@unina.it

^b OLIVEIRA, A. G. de. Geógrafa pela UNESP-Rio Claro, aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP-Rio Claro; and_galhardi@yahoo.com.br

^c CRIONI, R. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação UNESP-Rio Claro; Bolsista CAPES; crionibr@hotmail.com

⁴ OLIVEIRA, B. A. C. Professora Assistente Doutora; docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP-Rio Claro; bacco@rc.unesp.br

[^{N.T.2} No artigo original não consta o resumo em língua vernácula. Este foi produzido a partir da tradução do resumo em inglês, presente no texto original].

¹ A quem escreve parece mais apropriado "territorial" enquanto, como se poderá ilustrar nas páginas sucessivas, as identidades da qual se discute são o produto de processos de territorialização e é nas manifestações materiais e imateriais deste processo que a comunidade local se identifica.

² Como observa Raffestin em um recente ensaio sobre *Immagini e identità territoriali* [N.T.: Imagens e identidades territoriais], "a identidade é um processo no qual o espaço, o tempo, o trabalho e a memória são os elementos condutores". E, quase por querer rebater a natureza processual da identidade territorial, afirma que "não existe uma identidade, mas um suceder-se de identidades" (RAFFESTIN, 2003, p. 5); evidenciando assim um dos principais problemas da reflexão geográfica em torno à identidade dos lugares.

³ Frequentemente a vontade de "tutelar" a identidade territorial se traduz não imediatamente na preservação da cultura identitária ou das suas determinantes territoriais, mas mais simplesmente na tutela museográfica das formas que esta produziu no arco do tempo. Magnaghi, tratando das "invariantes estruturais" do território, põe em evidência como não se trate de "formas por respeitar" mas de "regras relacionais" (2003, p. 17). Necessária refletir talvez sobre a oportunidade de dispor lado a lado, à tutela das formas, a valorização dos fundamentos éticos e comportamentais sobre os quais uma determinada comunidade baseia a sua matriz identitária.

⁴ Existem duas formas de competição que podem ser consideradas como determinantes do processo de territorialização: uma competição entre territórios habitualmente acompanhada por processos de emulação/diferenciação, cujos efeitos territorializantes ou desterritorializantes estão no centro da reflexão geográfica; e uma competição interna pelo uso do solo (D'APONTE, 1994). Magnaghi observa com atenção que, se o estatuto dos lugares tem na base um pacto constitucional entre os atores locais, o cenário de referência, "a representação de um futuro possível é fruto da escuta das diversas representações [N.T.: representações políticas] de interesses ou das representações conflituais do território que essas exprimem" (MAGNAGHI, 2003, p. 19).

[^{N.T.3} Autopoiese: do grego *auto* "próprio", *poiesis* "criação"].

⁵ Para compreender quais elementos podem determinar esta propensão seletiva à transformação se pode referir àquelas condições que Governu particulariza como caracteres distintivos ou momentos qualificantes do *milieu innovateur* (1997b, p. 31): a) um espaço geográfico unitário, constituído por recursos materiais e imateriais, além do mais, por um conjunto de atores individuais e coletivos; b) uma lógica organizativa voltada à inovação, que permite, ou garante, aos atores utilizar os recursos do *milieu*; c) uma capacidade específica de aprendizagem de tipo cumulativa, que consente aos atores modificar o seu comportamento em função das transformações que ocorrem no ambiente externo.

⁶ A referência é ao conceito de identidade como obra narrativa proposto por Turco em uma recente contribuição sua (2003b, p. 23).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS^{N.T.4}

ARTUSI G., *Senso del luogo e radicamento nella rappresentazione cinematografica*, in "Geografia nelle Scuole", Trieste, 1996, pp. 3-10.

BECATTINI G., *Lo sviluppo locale nel mercato globale: riflessioni controcorrente*, in "La Questione Agraria", Roma, 2000, 1, pp. 13-27.

BULL A. e S. MILNER, *Local Identities and Territorial Politics in Italy and France*, in "European Urban and Regional Studies", Londra, 1997, 1, pp. 33-57.

CALDO C., *Geografia umana*, Palermo, Palumbo, 1996.

CALDO C., *Monumento e simbolo. La percezione geografica dei beni culturali nello spazio vissuto*, in CALDO e GUARRASI (1994).

[90/] CALDO C. e V. GUARRASI (a cura di), *Beni culturali e geografia*, Bologna, Patron, 1994.

CARTA M., *L'armatura culturale del territorio. Il patrimonio culturale come matrice di identità e strumento di sviluppo*, Milano, F. Angeli, 1998.

CERUTTI F. (a cura di), *Identità e politica*, Roma-Bari, Laterza, 1996.

CLAVAL P., *La géographie culturelle*, Parigi, Nathan, 1995.

CONTI S., *Geografia economica*, Torino, UTET, 1992.

CONTI S., *Vantaggi competitivi e sviluppo locale. Trasformazione e identità torinesi*, in G. DEMATTEIS e F. FERLAINO (a cura di), *Il mondo e i luoghi: geografie dell'identità e del cambiamento*, IRES Piemonte, 2003, pp. 35-43.

CROSTA P. L., *Politiche. Quale conoscenza per l'azione territoriale*, Milano, F. Angeli, 1998.

DAI PRÀ E., *Parchi letterari e progettazione territoriale*, in PERSI e DAI PRÀ (2001), pp. 58-85.

D'APONTE T., *I "tempi" della geopolitica: dal "dominio dello spazio" alla "cultura politica del territorio"*, in *Atti del Convegno "Dalla Geografia Politica alla Geopolitica"* (Roma, 30-31 marzo 1993), in "MSGI", 1994, LII, pp. 149-158.

DEMATTEIS G., *Nodi e reti nello sviluppo locale*, in MAGNAGHI (1994), pp. 249-268.

DI MÉO G., J.-P. CASTAINCTS e C. DUCOURNAU, *Territoire, patrimoine et formation socio-spatiale*, in "Annales de Géographie", Parigi, 1993, pp. 472-502.

DORIA L., *Identità, territorio, sviluppo. Un percorso di interpretazione*, in "Archivio di Studio Urbani e Regionali", Milano, 2002, 73, pp. 119-144.

FRÉMONT A., *La regione. Uno spazio per vivere*, Milano, F. Angeli, 1978.

GIUSTI M., *Locale, territorio, comunità, sviluppo. Appunti per un glossario*, in MAGNAGHI (1994), pp. 139-172.

GOVERNA F., *Il milieu come insieme di beni culturali e ambientali*, in "RGI" 1997 (a), pp. 85-83.

GOVERNA F., *Il milieu urbano*, Milano, F. Angeli, 1997 (b).

GRASSO A., *Note sul concetto di identità territoriale*, in "BSGI", 1998, pp. 617-624.

HARVEY D., *La crisi della modernità*, Milano, Il Saggiatore, 1993.

HOBBSBAWN E. e T. RANGER (a cura di), *The Invention of Tradition*, Londra, Cambridge University Press, 1987.

- IDRIO P. e M. PARADISO, *Identità e sistemi locali di sviluppo*, in "Meridione Sud e Nord del Mondo", Napoli, 2002, 4, pp. 73-75.
- LÉVI-STRAUSS C. (a cura di), *L'identità*, Palermo, Sellerio, 1980.
- MAGNAGHI A. (a cura di), *Il territorio dell'abitare. Lo sviluppo locale come alternativa strategica*, Milano, F. Angeli, 1994.
- MAGNAGHI A., *La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale*, in G. DEMATTEIS e F. FERLAINO (a cura di), *Il mondo e i luoghi: geografie dell'identità e del cambiamento*, Torino, IRES Piemonte, 2003, pp. 13-19.
- MATURANA H. e F. VARELA, *Autopoiesi e cognizione. La realizzazione del vivente*, Venezia, Marsilio Editore, 1985.
- MATURANA H. e F. VARELA, *L'albero della conoscenza*, Milano, Garzanti, 1987.
- MELUCCI A., *Memoria, solidarietà, identità*, in CERUTTI (1996), pp. 43-60.
- [91//] MINCA C., *Spazi effimeri*, Padova, CEDAM, 1996.
- NORBERG-SCHULZ C., *Genius Loci*, Milano, Electa, 1979.
- PERSI P. ed E. DAI PRÀ, "Laiuola che ci fa...". *Una geografia per i parchi letterari*, Urbino, Università degli Studi di Urbino, Istituto Interfacoltà di Geografia, 2001.
- POLLICE F., *Territori del turismo. Una lettura geografica delle politiche del turismo*, Milano, F. Angeli, 2002.
- POLLICE F., *Nuove strategie per lo sviluppo competitivo dei sistemi locali di piccole e media impresa*, in G. CALAFIORE, C. PALAGIANO e E. PARATORE (a cura di), "Vecchi territori, nuovi mondi: la geografia delle emergenze del 2000". *Atti del XXVIII Congresso Geografico Italiano (Roma, 2000)*, Roma, Edigeo, 2003, II, pp. 1477-1490.
- QUAINI M., *I segni dell'identità*, in M. MAUTONE (a cura di), *I beni culturali. Risorse per l'organizzazione del territorio*, Bologna, Pàtron, 2001, pp. 289-303.
- QUAINI M., *Attraversare il paesaggio: un percorso metaforico nella pianificazione territoriale*, in "Il senso del paesaggio". *Atti del Seminario Internazionale (Torino, 7-8 maggio 1998)*, Torino, IRES e Politecnico di Torino, 2000, pp. 185-198.
- RAFFESTIN C., *Immagini e identità territoriali*, in G. DEMATTEIS e F. FERLAINO (a cura di), *Il mondo e i luoghi: geografie dell'identità e del cambiamento*, Torino, IRES Piemonte, 2003, pp. 3-11.
- REMOTTI F., *Contro l'identità*, Roma e Bari, Laterza, 1999.
- SCIOLLA L. (a cura di), *Identità. Percorsi di analisi in sociologia*, Torino, Rosenberg & Sellier, 1983.
- SÉNÉGAL G., *Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires*, in "Annales de Géographie", Parigi, 1992, pp. 28-42.
- STHOR W. B., *Selective Self-reliance and Endogenous Regional Development Strategies. Preconditions and Constraints*, Vienna, Interdisziplinäres Institut für Raumordnung, 1984.
- TINACCI MOSSELLO M., *Relazioni globali e identità locali*, in "Geotema", Bologna, 1997, 9, pp. 50-55.
- TURCO A., *Verso una teoria geografica della complessità*, Milano, UNICOPLI, 1988.
- TURCO A., *Abitare l'avvenire. Configurazione territoriali e dinamiche identitarie nell'età della globalizzazione*, in "BSGI", 2003(a), pp. 3-20.
- TURCO A., *Sociotopie: istituzioni postmoderne della soggettività*, in G. DEMATTEIS e F. FERLAINO (a cura di), *Il mondo e i luoghi: geografie dell'identità e del cambiamento*, Torino, IRES Piemonte, 2003(b), pp. 21-31.
- TURRI E., *Il paesaggio come teatro. Dal territorio vissuto al territorio rappresentato*, Venezia, Marsilio, 1998.
- VALLEGA A., *Geografia Umana*, Milano, Mursia, 1989.
- VALLEGA A., *Il paesaggio. Rappresentazione e prassi*, in "BSGI", 2001, pp. 553-587.
- VELTZ P., *Mondialisation, villes, territoires*, Parigi, PUF, 1996.

ABSTRACT

ENDOGENOUS DEVELOPMENT IS ALMOST ALWAYS THE EXPRESSION OF A STRONG TERRITORIAL IDENTITY. THE SENSE OF BELONGING REPRESENTS ONE OF THE DETERMINANTS OF THE LOCAL DEVELOPMENT; TERRITORY AS SPACE OF BELONGING BECOMES A SENTIMENTAL, SOCIAL AND SYMBOLIC PRODUCT, [92//] WHICH THE DEVELOPMENT OF RETROSPECTIVE AND PROSPECTIVE LOCAL IDENTITIES ARE BASED ON. TERRITORIAL IDENTITY PLAYS THEREFORE A STRATEGIC ROLE WITHIN LOCAL DEVELOPMENT POLICIES AS IT SUGGESTS THAT IDENTIFICATION MECHANISMS ARE ADOPTED BY LOCAL ACTORS. THIS PAPER AIMS AT ANALYZING THE ROLE OF THE TERRITORIAL IDENTITIES WITHIN LOCAL DEVELOPMENT PROCESSES, STARTING FROM A CRITICAL ANALYSIS OF THE DIFFERENT INTERPRETATIVE MODELS AND ANY RISK RESULTING FROM A POLITICAL EXPLOITATION OF THE IDENTITY DIMENSION OF TERRITORIES.

[KEYWORDS^{N.T.5.}: TERRITORY; IDENTITY; SENSE OF BELONGING; DEVELOPMENT.]

